

26 A GO 1981

Arinos explica hoje na Câmara seu projeto constitucional

Arinos condena receio de mudar Constituição

26 A GO 1981

Das sucursais

O jurista Afonso Arinos afirmou ontem no Rio que "a Constituição brasileira é uma prostituta. Sua inviolabilidade só existe mesmo na cabeça dos gramáticos e puristas". Para ele, se existe pretensão de se fazer o aperfeiçoamento institucional do País "é preciso encarar essa questão de frente, pondo de lado este falso pudor. A virgindade da nossa Constituição é postiza".

Afonso Arinos vai repetir essas declarações hoje, no Senado, às 10 horas, durante palestra em que defenderá a necessidade de transformar o próximo Congresso em Assembléia Nacional Constituinte.

Na palestra, com 27 páginas, o ex-ministro pretende demonstrar a "conveniência da possibilidade e da oportunidade do atual Congresso em outorgar poderes constituintes àquele que será eleito em 1982, através de resolução parlamentar ou legislativa".

Ele assegurou que essa decisão não é inédita: "Ao contrário, o Parlamento brasileiro tem-se valido, em várias oportunidades, da resolução legislativa como forma de resolver os problemas mais sérios do País, tanto no Império como na República".

Assim aconteceu, segundo Afonso Arinos, no episódio da maioridade do imperador, na manutenção de Floriano Peixoto no poder, no impedimento de Café Filho e de Carlos Luz e nos atos adicionais, "entre muitos outros".

Arinos não se arrisca a antecipar qual poderia ser a receptividade de sua proposta, junto ao governo, embora o estudo lhe tenha sido pedido pelo próprio presidente do Senado, Jarbas Passarinho, limitando-se a repetir o que lhe afirmou o jurista Arruda Falcão: "O governo pode até se negar a acatar a sugestão, mas não discutir sua legitimidade".

COMISSÃO

O senador José Fragelli, do PP, de Mato Grosso do Sul, sugeriu ontem ao presidente João Figueiredo a criação

de uma comissão de alto nível, formada por homens de esquerda e de direita, para a elaboração de uma Carta Constitucional a ser submetida ao Congresso Nacional em 1983, depois do exame do anteprojeto por todas as correntes, pois, a seu ver, se a nova Constituição for apenas jurídica, não refletirá a realidade brasileira.

Fragelli, que recebeu apertes apenas do vice-líder oposicionista Humberto Lucena (PMDB-PB), disse que a atual Carta não se presta a uma reforma e que, por isso, o País precisa de uma nova Constituição, a ser votada pelo Congresso Nacional, já que considera intransponíveis as dificuldades para a convocação de uma Assembléia Constituinte, como defendem os peemedebistas.

Para o representante de Mato Grosso do Sul, não se pode pensar numa Constituição puramente jurídica — como seria, no seu entender, uma carta idealizada só pelo Congresso. Alegou que as transformações econômicas e sociais têm sido muito velozes e, assim, o País necessita de um instrumento institucional capaz de orientar essa evolução com segurança.

Ele acha que o presidente João Figueiredo prestaria um grande serviço à Nação se nomeasse a comissão de alto nível. E chegou a mencionar nomes, ao lembrar que, se o chefe do governo colocasse nesse grupo de trabalho um homem como Roberto Campos ou um Mário Henrique Simonsen, agiria corretamente, mas ao lado desses, situasse também um economista como Celso Furtado. Se colocasse na comissão o ex-ministro Golbery do Couto e Silva, deveria nomear também um outro general, com idéias diferentes, como Nelson Werneck Sodré. E se colocasse juristas conservadores, deveria escolher igualmente juristas com idéias mais modernas.

Segundo a sugestão de Fragelli, o futuro Congresso, a ser eleito em 82, poderia ser investido do poder constituinte, ou por ato do presidente da República ou por decisão do próprio Legislativo.